MATERIAL COMPLEMENTAR — IMAGENS

GLAUCIA FERNANDA OLIVEIRA MARTINS BATALHA

RECOMPONDO MEDÉIA

Figura 01 – Postagem sobre Alienação Parental.



politicaparamulheres

•••



Valéria Scarance

9 h · 🕝

Uma lei que mata: precisamos dar um basta na "lei de alienação parental" deste país.

Há dois dias: uma mãe de 35 anos desesperada tirou a vida de seu filhinho e cometeu suicídio. Por anos, tentou proteger seu bebê dos estupros do pai, mas foi considerada "alienadora". São 3 mortes essa semana: um suicídio consumado, um tentado de mães desesperadas e duas crianças que se foram. Na carta, a mãe escreveu "meu filho é um anjo, não posso permitir que o pai continue abusando"









© Curtido por alepamplona e outras 148 pessoas politicaparamulheres O que vc sabe sobre alienação parental? Candidatas (os) conheçam a luta de mulheres que protegem seus filhos de pais abusadores.
©brasilcontrasap @fimdocasamentoinfantil . Precisamos urgentemente despatriarcalizar o Estado e suas leis.
#VoteEmMulheres #MeuVotoSeráFeminista
#PolíticaParaMulheres #MulheresNaPolítica

Fonte: Instagram @politicaparamulheres, 2018.

Gráfico 01

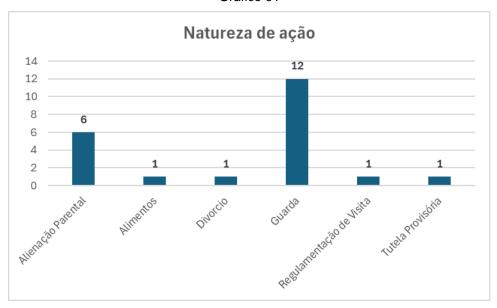


Gráfico 02

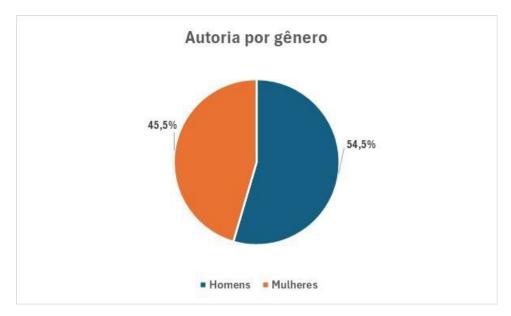


Gráfico 03

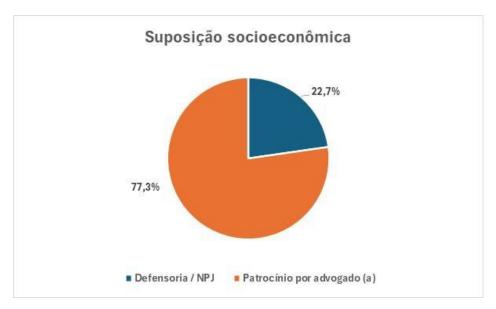


Gráfico 04

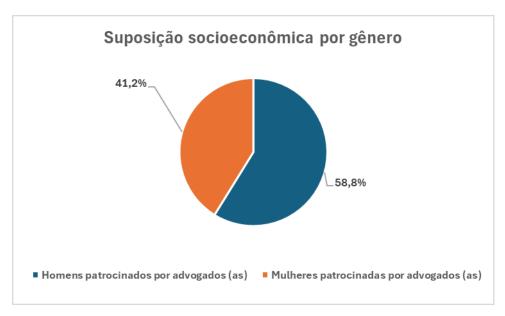


Gráfico 05

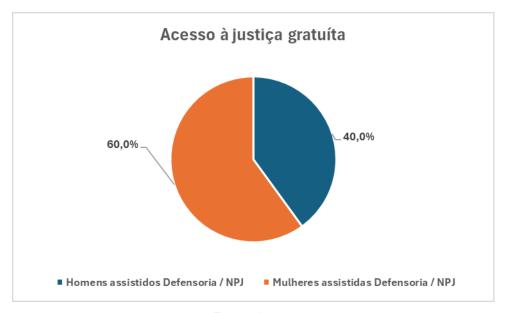




Gráfico 07

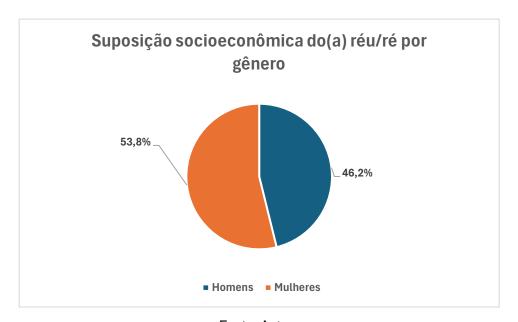


Gráfico 08



Gráfico 091

¹ Algumas mulheres, durante os processos, também se apropriaram de alegações acusatórias de *Alienação Parental* contra os genitores homens. No entanto, é importante destacar que a interpretação do Sistema de Justiça não segue a mesma lógica quando o réu é um pai. Essa discrepância revela a complexidade da aplicação da lei. A assimetria de gênero que estrutura o campo jurídico contribui para que as acusações de *Alienação Parental* sejam percebidas de maneira distinta, dependendo do gênero do(a) acusado(a). Tal situação não apenas evidencia como o Direito pode produzir injustiça, mas também ilustra as formas contraditórias pelas quais a *Alienação Parental* se manifesta, o que reforça a hipóobra de que, na prática, as consequências dessa acusação pesam desproporcionalmente sobre as mulheres.

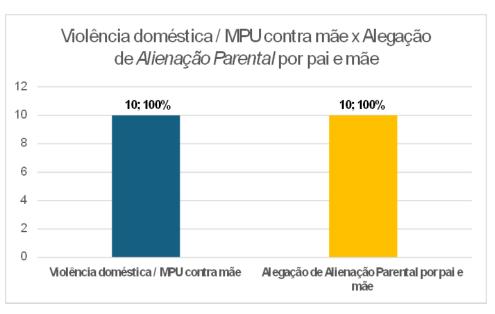
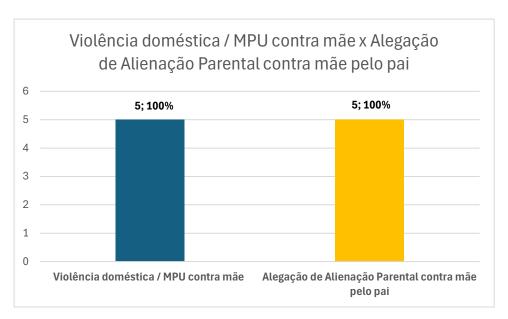


Gráfico 10



Quadro Sinóptico 02 – Sistematização das fases de chegada, de engajamento e de normatização no Brasil

Ano	Artigo/ Livro/ Documentário/ Decisão	Autores (as)	Instituição	Enfoque	Referência Bibliografia	Estrato Científico
1985	Recent Trends in Divorce and Custody Litigation ²	Richard Gardner	-	-	-	-
2001	Síndrome da Alienação Parental	François Podevyn	SOS Papai APASE	Psicológico e Jurídico	Richard Gardner	Sem Qualis
2006	Síndrome da Alienação Parental , o que é isso?	Maria Berenice Dias	IBDFAM	Psicológico e Jurídico	Richard Gardner	Sem Qualis

² Como sublinhado na seção anterior, foi nesse artigo "*Recent trends in divorce and custody litigation*" que Richard Alan Gardner descreveu e cunhou pela primeira vez a *Síndrome da Alienação Parental* como um distúrbio psicológico. E é justamente esse texto que embasa referencialmente as primeiras publicações nacionais sobre o tema e segue fundamentando ainda hoje.

2006	Síndrome de Alienação Parental	Priscila Maria Pereira Correa da Fonseca	IBDFAM	Psicológico e Jurídico	Richard Gardner	Qualis 2 ³
2007	A síndrome de Alienação Parental e os impactos da inaplicabilidade das convenções internacionais de menores no Brasil, em especial a Convenção de Haia de 1980	Paulo Lins	IBDFAM	Psicológico e Jurídico	Richard Gardner	Sem Qualis⁴
2007	Síndrome da Alienação Parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos ⁵	Maria Berenice Dias, Raquel Pacheco, Ribeiro Souza, Analdino Rodrigues Paulino, Evandro Luiz Silva, Mario Resende, Maria Antonieta Pisano Motta, Terezinha Féres Carneiro, Maria Luiza Campos da Silva Valente, Rosana Barbosa Cipriano Simão	APASE	Psicológico, social e Jurídico	Richard Gardner	Sem Qualis
2009	A Morte Inventada (Documentário) ⁶	Alan Minas	Caraminholas Produções	Psicológico e Jurídico	Richard Gardner	-
Ano	Artigo/ Livro/ Documentário/ Decisão	Autores (as)	Instituição	Enfoque	Referência Bibliografia	Estrato Científico
2009	Síndrome de Alienação Parental - o lado sombrio da separação	Denise Maria Perissini da Silva	APASE	Psicológico e Jurídico	Richard Gardner	Sem Qualis

.

³ Publicação na Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões do IBDFAM. Não foi possível encontrar informação no site da plataforma sucupira no ano de 2006. No quadriênio 2017-2020 recebeu a certificação Qualis B2 do ranking da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

⁴ Publicado nos Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito de Família do IBDFAM.

⁵ Livro organizado pela APASE. É composto por uma coletânea de textos sobre *Alienação Parental* e que será analisada de maneira mais específica na próxima seção.

⁶ A Morte Inventada" (2009), dirigido por Alan Minas e produzido pela Caraminholas Produções, é um documentário que explora a *Síndrome da Alienação Parental*, tendo como base de referência Richard Alan Gardner. Segundo Minas, a motivação de Alan Minas para criar o longa metragem está diretamente ligada à sua própria experiência pessoal com a *SAP* e ao fato "de se matar a figura do pai da criança matado em vida". A produção foi amplamente divulgada, com exibições em várias regiões do país e por meio de DVD, no intuito de disseminar amplamente a discussão sobre a *SAP*, alcançando pais e profissionais de diversas áreas, incluindo o Direito, as equipes psicossociais e médicos. O filme, a partir de um forte apelo emocional, mistura entrevistas, dramatizações e análises de especialistas com o objetivo de destacar os impactos psicológicos da *SAP*. O roteiro é estruturado em torno de sete casos, nos quais pais e filhos(as) compartilham suas experiências pessoais relacionadas à *SAP*. Um aspecto marcante do filme é a presença de uma única mulher depoente que relata ter sido vítima de *Alienação Parental*.

2009	O que se espera com a guarda compartilhada nos processos de divórcio em que há Alienação Parental : Fragmentos da clínica com uma criança	Lenita Pacheco Lemos Duarte	IBDFAM	Psicológico e Jurídico	Maria Berenice Dias APASE	Sem Qualis ⁷
2010	Síndrome de Alienação Parental	Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka e Gustavo Ferraz de Campos Monaco	IBDFAM	Psicológico e Jurídico	Richard Gardner	Sem Qualis

 7 Publicado nos Anais do VII Congresso Brasileiro de Direito de Família do IBDFAM.

Figura 02 – Primeiro acordão⁸ do TJRS que aplica a Síndrome da Alienação Parental.



MBD N° 70014814479 2006/CIVEL



DUARDA. SUPERIOR INTERESSE DA CRIANÇA. SINDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL. Havendo na postura da genitora indicios da presença da sindrome da allenação parental, o que pode comprometer a integridade psicológica da filha, atende melhor ao interesse da infante, manté-la sob a guarda provisória da avó paterna. Negado provimento ao agravo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO SÉTIMA CÂMARA CÎVEL

Nº 70014814479 COMARCA DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR G.S.A. AGRAVANTE

T.M.W. AGRAVADA
...
M.M.W. INTERESSADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em negar provimento ao agravo de instrumento.

Custas na forma da lei

Participaram do julgamento, além da signatária (Presidente), os eminentes Senhores DES, LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS E DES, RICARDO RAUPP RUSCHEL.

Porto Alegre, 07 de junho de 2006.

DESA. MARIA BERENICE DIAS, Precidenta e Relatora.

Fonte: TJRS, 2006.

⁸ Acórdão é a decisão proferida por um tribunal colegiado, que é formada por vários desembargadores(as) ou ministros(as). Essa decisão resulta do julgamento de um estabelece um entendimento jurídico sobre determinado assunto. O acórdão geralmente contém a fundamentação jurídica, as razões de fato e de direito que levaram à decisão, e serve como um importante precedente para casos futuros.

Figura 03 Figura 04



Fonte: APASE, 2021 Fonte: APASE, 2022



Fonte: APASE, 2021 Fonte: APASE, 2021

Figura 07



Fonte: APASE, 2021

19h

Figuras 08 e 09 - Divulgações na página no Facebook sobre Alienação Parental em que imageticamente há a atribuição da prática à mulher vingativa e responsável por obstar a relação dos(as) filhos(as) com o pai, mesmo em contextos extremos como a pandemia viral da COVID-19.



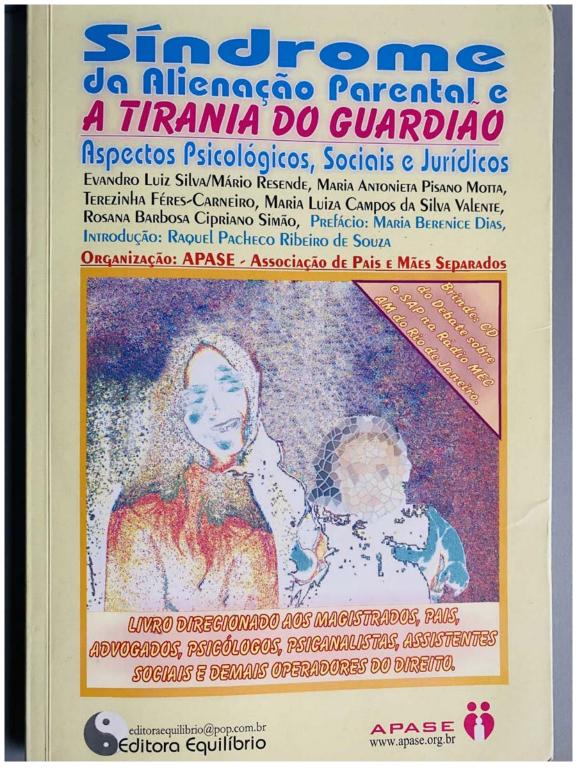
Fonte: APASE, 2023 Fonte: APASE, 2020

Figura 10 – Divulgação na página no Facebook sobre texto publicado pelo fundador da APASE na Revista Veja sobre *Alienação Parental* e o mito da Medéia. A matéria é ilustrada pela pintura de Charles-André van Loo em que Medéia já cometeu o infanticídio contra os filhos e está fugindo Velocino de Ouro.



Fonte: APASE, 2017

caracterizada por cabelos longos, sugerindo implicitamente uma associação da *tirania* com ao feminino, e uma criança.



Fonte: APASE, 2007.

Figura 12 – Primeira orelha livro "Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos" traz uma foto bem menos apagada e distorcida de uma pessoa

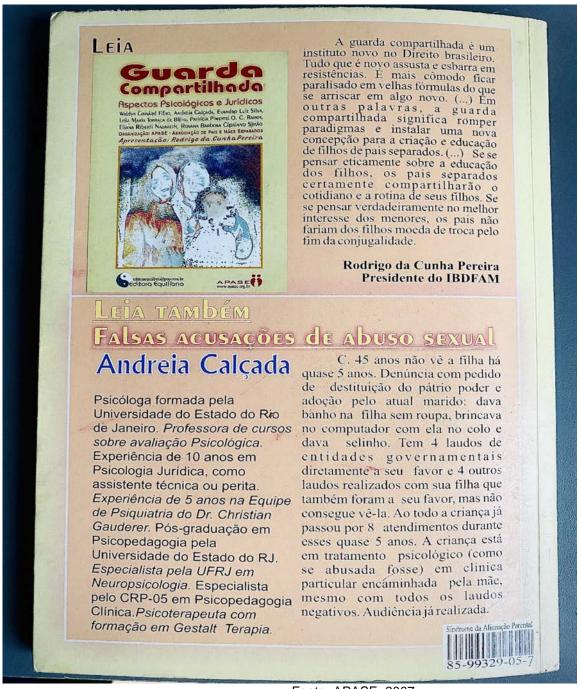
caracterizada por cabelos curtos, claramente o pai, com uma criança nos ombros. A imagem está direcionando para o pai a noção de alienado e vítima, por estar sendo impedido de conviver com filho (a).



Fonte: APASE, 2007.

Figura 13 – Contracapa livro "Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos" em que traz uma foto embaçada de duas pessoas adultas e uma criança. Notadamente é a imagem da capa, mas com o acréscimo do pai compartilhando a presença

da criança com a mãe. Tanto nesta imagem quanto no nome do livro "Guarda Compartilhada: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos" e no texto ao lado (aludido como de autoria do então Presidente do IBDFAM, Rodrigo Cunha Pereira), há a prescrição do instituto da guarda compartilhada com um fator impeditivo da Alienação Parental e de evitar que os(as) filhos (as) se tornem "moeda de troca pelo fim da conjugalidade". Além disso, há ainda a referência de falsas acusações de abuso sexual, o que sugere, implicitamente, uma relação entre a da Alienação Parental e as falsas denúncias de abuso sexual, mais um sustentáculo da Teoria da Síndrome da Alienação Parental de Gardner.



......Fonte: APASE, 2007.

Figura 14 – Segunda orelha do livro "Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos" apresenta trechos que reforçam o viés sexista,

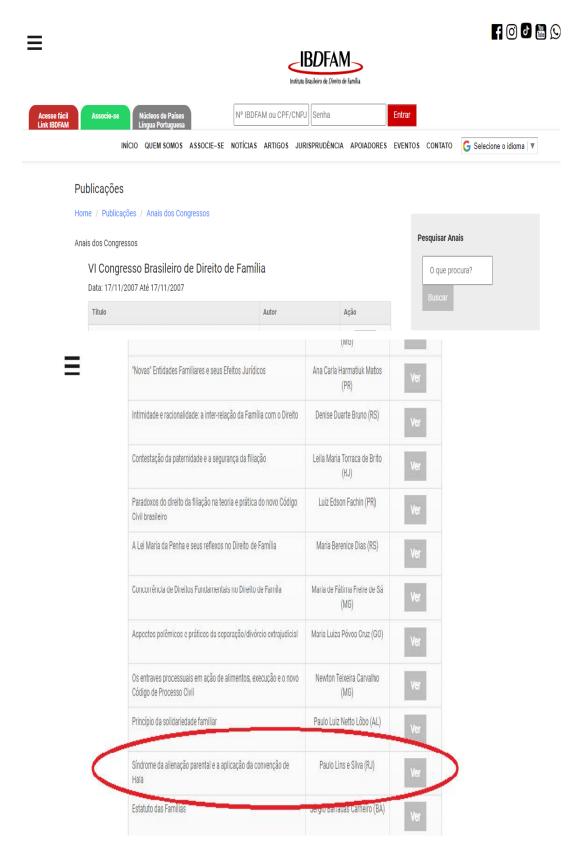
- A APASE é uma Associação que luta pelo melhor convívio dos filhos com os pais separados.
- Em muitas separações, os filhos são usados como verdadeiras armas de vingança, retaliação e/ou vantagens financeiras.
- Muitas crianças sofrem verdadeiras "lavagens cerebrais" e, em pouco tempo, acabam por não desejar ter mais contato com o genitor que não detém a guarda, o pai, em 94% dos casos.
- Muitos pais são acusados injustamente de desequilibrados, de agressão ou de abuso sexual como meio de impedi-los de participar da vida dos seus filhos.
- Todos sabemos que estes problemas afligem a nossa sociedade e prejudicam as crianças. É preciso mudar a mentalidade do poder judiciário e dos demais operadores do direito.
- O poder judiciário muitas vezes é ineficiente e acaba por permitir o afastamento entre pais e filhos, causando enorme prejuízo às crianças.
- COMBATEMOS a SAP, que é uma doença devassadora que compromete o presente e o futuro das crianças vítimas das separações litigiosas mal conduzidas, onde um dos genitores deliberadamente procura afastar o filho do outro, deturpando a mente da criança.

DESEJAMOS:

- 1 Mediação e conciliação na justiça, em virtude da morosidade dos processos judiciais. Reivindicamos "estes meios facilitadores", visando a obtenção de um acordo entre as partes.
- 2 Guarda Compartilhada, pois proporciona a convivência igualitária dos filhos com os pais separados. Caracterizando-se como o modelo mais propício para o sadio desenvolvimento psicológico e educacional da criança.

Fonte: APASE, 2017.

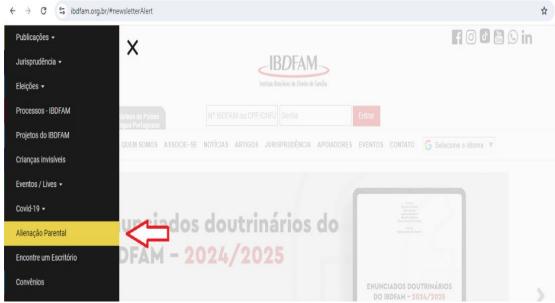
Figura 15 – Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito de Família em que foi apresentada a palestra "Síndrome da Alienação Parental e a implementação da Convenção de Haia".



Fonte: Site do IBDFAM

Figura 16 e 17 – Áreas do site do IBDFAM sobre Alienação Parental.

Figura 16



Fonte: Site do IBDFAM

Figura 17

Figura 18

Fonte: Site do IBDFAM

Figura 18 – Capa da edição 32 da Revista IBDFAM.



Capa da Edição 32 da Revista IBDFAM

Fonte: IBDFAM, 2017

Figura 19 – Página inicial da matéria "Alienação Parental quando o filho é o que menos importa" ilustrada com a arte de "Medea" de Eugène Delacroix de 1838.



ALIENAÇÃO PARENTAL

QUANDO O FILHO É O QUE MENOS IMPORTA

"Será que apenas para amargurar o pai vou desgraçá-los, duplicando a minha dor?

Medeia de Eurípides

Há quase sete anos, foi sancionada a de alterar o CPC para que tais Lei nº 12.318 [26 de agosto de 2010], a qual dispõe sobre a alienação parental e altera o artigo 236 do Estatuto da dano a que está sujeito o menor, em Criança e do Adolescente – ECA (Lei razão da lentidão processual. Inegável n.º 8.069/90). Mas, na prática, o que a importância do reconhecimento da matéria na lei ordinária", declara a Lei, trata-se da "interferência na Barufi, formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vinculos com este. É importante saber, entretanto, que existe diferença entre ato e consequência. Práticas abusivas como as citadas na pormativa quando como as citadas na pormativa quando. como as citadas na normativa, quando

para recuperação do trauma. "Caso los traumas" não sejam tratados, dependendo do grau, o alcoolismo, podemos olvidar da nítida necessidade a drogadição e até mesmo o suicídio podem ocorrer", alerta **Melissa Telles** diversos direitos emergentes, oriundos Barufi, presidente da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM. O assunto é tão grave, que no dia 29 de março deste ano, o Senado Federal aprovou Projeto de Lei [PLS 19/2016] para modificar o Código de Processo Civil e priorizar - em qualquer juízo ou tribunal - processos desta natureza. "No objeto do presente ela, "inicia-se com a seriedade em problema e inevitavemente. Brasileiro de Direito de Família -

A SUPERVENIÊNCIA DE UMA NORMA, MERAMENTE VÁLIDA E NÃO EFICAZ. NÃO MERECE

O CONDÃO DE RESOLUÇÃO **IMEDIATA**

como as citadas na normativa, quando alcançam seu grau mais elevado, dão origem à Sindrome da Alienação Parental - SAP.

Seus efeitos podem deixar cicatrizes psicológicas permanentes, sendo recomendado tratamento 5º, LXXVIIII, Somos sensíveis a todos os percalços para a garantia de um processo célere. Ainda assim, não do contingenciamento das relações humanas; contudo, a superveniência de uma norma, meramente válida e não eficaz, não merece o condão de PL, o legislador justifica a necessidade atacar o problema e, inevitavelmente,

Página 09 da Edição 32 da Revista IBDFAM Fonte: IBDFAM, 2017

Figura 20 – Página inicial da matéria "Quando a Alienação se torna Síndrome" acompanhada da pintura "Medea" de Paul Cézanne de 1882.



CAPA

QUANDO A ALIENAÇÃO SE TORNA SÍNDROME

A Síndrome da Alienação Parental - SAP foi uma expressão utilizada pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner para conceituar o comportamento de crianças vítimas do fenômeno da alienação parental. Glícia Barbosa de Mattos Brazil, psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, explica que "síndrome" é um termo médico, o qual significa "conjunto de sintomas". "Para Gardner, a participação do Poder Judiciário era fundamental, e o ideal seria unir punição e tratamento. O autor do termo entendia que a Alienação Parental é uma categoria de transtorno mental, que incluir uma série de sintomas de sofrimento psíquico. E, sendo um transtorno, deveria ser tratado como tal e incluído na Bíblia da Psiquiatria, o Manual de Diagnósticos e Estatísticas dos Transtornos Mentais", afirma.

O psiquiatra compreendia que a síndrome é produto de lavagem cerebral praticada pelo adulto alienador, seguidas de contribuições da própria criança, ocorridas quando ela, por si só, comete gestos de alienação parental, passando a manipular e a mentir, criando pretextos para o não convívio com o outro genitor, tendo, como base, alirmações frívolas e injustificadas. Percebe-se que a alienação parental passa a ser uma 'síndrome' quando o menor começa a evitar o contato sem justificativa legítima, inventando desculpas e, muitas vezes, forjando situações que não ocorreram - as chamadas falsas memórias -, para manter-se afastada do genitor alienado e de sua respectiva família", esclarece a psicóloga.

Ainda conforme Glícia Brazil, o ideal é pensar a alienação parental enquanto sintoma da família que adoeceu, com causa multifatorial e com necessidade de uma intervenção conjunta entre operadores do Direito [juízes, promotores, advogados e equipe técnica do Juízo - formada por psicólogo, assistente social e médico]. "Também é fundamental o trabalho dos assistentes técnicos e dos psicólogos clínicos que atendem a família, pois o fenômeno é complexo, envolve amplo conhecimento de todos os envolvidos e, muitas vezes, coloca em xeque a efetividade das decisões judiciais, porque a intervenção do Poder Judiciário encontra limites na reconstrução dos vínculos de afeto que se perdem com a falta do convívio".

O MITO MEDEIA - A mitología grega nos trouxe Medeia. Tudo começa com sua paixão por Jasão, a quem ajuda, com magia e astúcia, a conquistar o Velo de Ouro. Filha de um rei, mata o próprio irmão para fugir com o amado. Mas, ao desembarcar em Corinto, Medeia é abandonada por Jasão, que se apaixona por Glauce, filha do rei. Na encenação da tragédia grega de Eurípides, datada de 431 a.C., Medeia, rejeitada, cega de ódio, não se contenta em assassinar a futura mulher do seu marido, ao enviar-lhe vestido e joias envenenados. Ela personifica a vingança contra o homem infiel, que the propôs torná-la sua amante. Para atingi-lo, Medeia decide matar os próprios fithos que teve com Jasão. Antes de fugir para Atenas, a mulher enlouquecida, mas fria e premeditada, ainda teme pelo próprio sofrimento. Determinada, porém, comete o filicídio. Ao ver o desespero do marido, se sente vingada.



CEZANNE, Paul. Medea. 1882. Aquarela, 20 cm X 38 cm.

13

Página 13 da Edição 32 da Revista IBDFAM Fonte: IBDFAM, 2017 Figuras 21, 22 e 23 – Estratégias de posicionamento e rede difusão do IBDFAM-MA sobre a Alienação Parental no campo jurídico.

Figura 21 – Campanha Nacional do IBDFAM em Apoio a LAP difundida pelo IBDFAM-MA.











Curtido por profabrunabarbieriwaquim e outras 29 pessoas

ibdfam.ma Eu apoio a Lei de Alienação Parental! A lei 12.318/10 integra o sistema protetivo de crianças e adolescentes e assegura a convivência familiar. O aperfeiçoamento legislativo deve perpassar pela ampla participação da sociedade e da análise de dados concretos gerados ao longo dos 10 anos de vigência da norma. Mudar sim, revogar não!

#LAPmudarsimrevogarnão; #afetonãoseapaga; #EuapoioaLAP

Fonte: Instagram do IBDFAM-MA, 2021

Figura 22 – Campanha de conscientização da AP promovida pelo IBDFAM-MA.

ibdfam.ma



Curtido por profabrunabarbieriwaquim e outras pessoas

ibdfam.ma Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto pas

Fonte: Instagram do IBDFAM-MA, 2022

Figura 23 – Formações de AP promovida pelo IBDFAM-MA e apoiada pela OAB-MA.



34 curtidas

comissaodasfamiliasoabma ATENÇÃO ADVOCACIA FAMILIARISTA.. Vai começar semana que vem uma série de lives através do @ibdfam.ma para estudo sobre Alienação Parental.

Então anota na agenda e fiquem atentos para não perder nenhuma data e esse estudo enriquecedor sobre o tema.

#Repost @ibdfam.ma with @make_repost

Abril é o mês Internacional de conscientização sobre o mal da Alienação Parental e a Comissão de

Fonte: Instagram do IBDFAM-MA, 2022

APÊNDICE A QUANTIFICAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Ação/Processo	Autor (a)	Patrocínio por Advogado(a)	Assistido (a) por NPJ ou Defensoria Pública	Réu/R é	Patrocínio por Advogado(a)	Assistido (a) por NPJ ou Defensoria Pública	Alegação de Alienação Parental	Não há alegação literal de Alienação Parental , mas alegação de privação de convivência	Ambos genitores alegam Alienação Parental	Violência Doméstic a e/ou MPU em favor mãe	Criança e Adolescente Neurodivergen te ou Atípico (a)
Ação de Guarda c/c Alimentos e limitação de visitas	Mãe	Não	Sim	Pai	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Ação de Oferta de Alimentos c/c Regulamentação de direito de convivência	Pai	Não	Sim	Mãe	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Ação de Regulamentação de Guarda Unilateral com pedido de tutela de urgência Antecipada	Pai	Sim	Não	Mãe	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Ação de Guarda c/c de Guarda Provisória	Pai	Não	Sim	Mãe	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Ação de Modificação de Guarda c/c busca e apreensão	Mãe	Sim	Não	Pai	Não identificado	Não identificado	Sim	Não	Não	Sim	Não
Ação de Divórcio Litigioso- Alienação Parental c/c Guarda e Alimentos Provisórios	Pai	Sim	Não	Mãe	Não Identificado	Não Identificado	Sim	Não	Não	Não	Não
Ação declaratória de Alienação Parental	Mãe	Sim	Não	Pai	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Ação de Guarda Unilateral	Mãe	Sim	Não	Pai	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Ação de Guarda Unilateral com pedido de suspensão de visitas	Mãe	Sim	Não	Pai	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

Ação/Processo	Autor (a)	Patrocínio por Advogado(a)	Assistido (a) por NPJ ou Defensoria Pública	Réu/R é	Patrocínio por Advogado(a)	Assistido (a) por NPJ ou Defensoria Pública	Alegação de Alienação Parental	Não há alegação literal de Alienação Parental , mas alegação de privação de convivência	Ambos genitores alegam Alienação Parental	Violência Doméstic a e/ou MPU contra mãe	Criança e Adolescente Neurodivergen te ou Atípico (a)
Ação declaratória de Alienação Parental c/c Guarda Definitiva	Pai	Sim	Não	Mãe	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
Ação declaratória de Alienação Parental c/c Alteração de Guarda c/c Liminar	Mãe	Sim	Não	Pai e Mãe (adotiv os)	Sim	Não	Sim (alega AP contra a mãe adotiva)	Não	Não	Sim	Não
Ação de Regulamentação de Visita c/c Busca e Apreensão com Tutela de Urgência	Mãe	Não	Sim	Pai	Não Identificado	Não Identificado	Não	Sim	Não	Não	Não
Ação de Modificação de Guarda c/c Direito de Convivência	Pai	Sim	Não	Mãe	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Ação de Guarda e Educação dos Filhos	Pai	Sim	Não	Mãe	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Ação de Modificação de Guarda de menor c/c Pensão Alimentícia	Avó	Sim	Não	Pai	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA UNILATERAL C/C GUARDA PROVISÓRIA	Pai	Sim	Não	Mãe	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Ação de Tutela Privisória de Urgência de Natureza Cautelar	Mãe	Sim	Não	Pai	Sim	Não	Sim (pai réu alega AP)	Não	Não	Sim	Não
Ação de Alienação Parental c/c Regulamentação do Direito Visitas com pedido de antecipação de tutela	Pai	Sim	Não	Mãe	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

Ação/Processo	Autor (a)	Patrocínio por Advogado(a)	Assistido (a) por NPJ ou Defensoria Pública	Réu/R é	Patrocínio por Advogado(a)	Assistido (a) por NPJ ou Defensoria Pública	Alegação de Alienação Parental	Não há alegação literal de Alienação Parental , mas alegação de privação de convivência	Ambos genitores alegam Alienação Parental	Violência Doméstic a e/ou MPU contra mãe	Criança e Adolescente Neurodivergen te ou Atípico (a)
Ação de Modificação de Guarda c/c pedido de tutela de urgência	Pai	Sim	Não	Mãe	Não	Sim	Não	Sim (Alega abuso parental com base no ECA)	Não	Não	Não
Ação de Alimentos c/c Guarda e Regulamentação de Visita com pedidos de alimentos provisórios	Mãe	Não	Sim	Pai	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Ação incidental de Alienação Parental	Pai	Sim	Não	Mãe / Avó	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Ação Declaratória de Alienação Parental c/c Regulamentação de Direito de Visitas com Antecipação de Tutelas	Pai	Sim	Não	Avó	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

APÊNDICE B MODELO DO OFÍCIO

OFÍCIO No xxxxx /PPGCSOC/CCH/UFMA.

São Luís, xxx de março de 2022

A Sua Excelência a Senhora
Dr. (a) xxxxxxxx

Juíza de Direito Titular da xx Vara de Família da Comarca de xxxxx

NESTA.

Assunto: Solicitação de autorização de acesso.

Sr(a). Juiz(a),

Solicitamos a especial colaboração de Vossa Excelência no sentido de autorizar acesso da doutoranda GLAUCIA FERNANDA OLIVEIRA MARTINS BATALHA aos relatórios, dados, arquivos, processos, sentenças e audiências da xxx Vara de Família da Comarca de xxxx, para fins de desenvolvimento da pesquisa e obra deste Doutorado Acadêmico intitulada "PRODUÇÃO DISCURSIVAS DE GÊNERO NO DIREITO DE FAMÍLIA: a construção jurídico-social da 'Alienação Parental (AP)'", sob orientação da Professora Doutora Camila Alves Machado Sampaio.

O estudo tem por objetivo analisar perspectivas argumentativas do Poder Judiciário frente aos casos/ações que envolvem a temática da Alienação Parental, que são ajuizadas especificamente perante as Varas de Família.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais, pois os dados divulgados não possibilitarão identificação das partes. Além disso, não haverá identificação nominal de Vossa Excelência, adotando-se as medidas necessárias para garantia do sigilo quanto à Vossa identidade e da Vara, sob pena de responsabilização da pesquisadora, na forma legal.

Atenciosamente.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCSOC/UFMA